

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

João Gabriel Telles de Menezes

**ILUMINAÇÃO PROFANA: SURREALISMO E MATERIALISMO HISTÓRICO EM WALTER
BENJAMIN**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Patrícia Ferreira Moreno Christofolletti

Juiz de Fora
2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **João Gabriel Telles de Menezes**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202172036A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ILUMINAÇÃO PROFANA: SURREALISMO E MATERIALISMO HISTÓRICO EM WALTER BENJAMIN**, desenvolvido durante o período de setembro/2025 a janeiro/2026 sob a orientação de Patrícia Ferreira Moreno Christofoletti, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

João Gabriel Telles de Menezes

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

ILUMINAÇÃO PROFANA: SURREALISMO E MATERIALISMO HISTÓRICO EM WALTER BENJAMIN

João Gabriel Telles de Menezes¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a vanguarda surrealista francesa do início do século XX como uma forma histórica de articulação entre experiência estética, crítica da racionalidade moderna e práxis revolucionária. Buscou-se compreender de que modo o surrealismo manifesta uma práxis materialista e dialética a partir do reconhecimento das tensões entre a subjetividade do desejo e as exigências da ação política. A investigação delimitou-se à configuração inaugural do movimento na França (1920-1938), principalmente os escritos de André Breton, analisando seu diálogo com o dadaísmo, a psicanálise freudiana e o materialismo histórico. Para atingir esse propósito, utilizou-se uma abordagem histórico-dialética orientada pela Teoria Crítica, fundamentada centralmente no pensamento de Walter Benjamin, Michael Löwy, Maurice Nadeau e no quadro teórico da Dialética do Esclarecimento de Adorno e Horkheimer. Os resultados esperados são a compreensão dos desdobramentos das tensões constitutivas entre a liberdade do desejo e a ação política, e de que maneira o surrealismo contribui, através da mobilização das "energias da embriaguez", para uma contestação da racionalidade instrumental e da reificação da experiência na modernidade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: surrealismo, teoria crítica, Walter Benjamin, práxis revolucionária.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a vanguarda surrealista francesa do início do século XX, mais especificamente a partir da obra teórica de André Breton, como uma forma histórica específica de articulação entre experiência estética, crítica da racionalidade moderna e práxis revolucionária. Trata-se de uma investigação de natureza predominantemente teórico-conceitual, que busca compreender de que modo o surrealismo manifesta uma práxis materialista e dialética através da análise dos fundamentos programáticos do movimento, identificando as tensões constitutivas entre a subjetividade do desejo e as exigências da ação política. Privilegia-se, portanto, o exame das formulações conceituais e das categorias filosóficas que estruturam o projeto surrealista, em detrimento da análise detida de obras artísticas específicas — opção metodológica que se justifica pelo propósito de investigar o surrealismo enquanto fenômeno histórico de crítica da racionalidade, e não como conjunto de produções estéticas individuais.

Embora o surrealismo ultrapasse amplamente seu contexto de origem — estendendo-se a outras geografias, linguagens artísticas e períodos históricos —, a investigação aqui proposta se delimita conscientemente à sua configuração inicial, tal como formulada na França a partir da década de 1920, em diálogo direto com o dadaísmo, a psicanálise freudiana e o materialismo histórico e dialético. Esse recorte não se justifica por critérios meramente cronológicos, mas pela compreensão de que é nesse momento inaugural que o surrealismo explicita, com maior intensidade, suas tensões constitutivas entre negatividade estética, liberdade do desejo e efetivação histórica da transformação social. Para isso, a análise desenvolve-se a partir de uma abordagem histórico-dialética, orientada pela Teoria Crítica e pela abordagem marxista da história, articulando leitura conceitual e interpretação das práticas surrealistas. São levantados os seguintes documentos primários: o *Primeiro Manifesto Surrealista* (1924) e textos programáticos de André Breton publicados entre 1924-1938. Como literatura comentadora, mobiliza-se centralmente a leitura de Walter Benjamin desenvolvida no ensaio *O Surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia* (1929), bem como a interpretação de Michael Löwy em *A Estrela da Manhã* (2000), e a *História do Surrealismo* de Maurice Nadeau (1945), articulados ao quadro teórico da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer.

O ponto de partida da análise situa-se no dadaísmo, compreendido não como um movimento dotado de um programa afirmativo, mas como um sintoma histórico de negação radical das formas de racionalidade que se consolidam na modernidade capitalista. Sua recusa do sentido, da finalidade e da coerência lógica não constitui uma simples provocação estética, mas a expressão negativa de uma crise objetiva da razão, tal como analisada por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* (1991, p. 21): a conversão da razão em instrumento de

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: joaogabriel.telles@estudante.ufjf.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Patrícia Ferreira Moreno Christofolletti.

dominação, cálculo e adaptação. Nesse contexto, o dadaísmo não elabora conceitualmente essa crise, mas a encena na forma artística, expondo a dissolução do sujeito e o colapso das mediações simbólicas sob o peso da racionalização social. A incorporação da psicanálise freudiana pelo surrealismo deve ser compreendida como resposta a esse impasse: ao reconhecer o inconsciente como dimensão reprimida pela razão instrumental, o surrealismo supera o gesto puramente negativo do dadaísmo, buscando reinscrever o sonho, o desejo e a imaginação como campos legítimos de experiência e conhecimento, capazes de confrontar a forma empobrecida da racionalidade moderna.

É nesse sentido que o surrealismo se afirma como uma prática de libertação, cuja noção de liberdade — formulada por André Breton no Manifesto Surrealista (2003) — não se confunde com a autonomia abstrata do sujeito liberal nem com um projeto revolucionário marxista previamente constituído. A liberdade surrealista designa, antes, uma recusa existencial das formas de vida moldadas pela utilidade, pela adaptação e pela coisificação da experiência, articulando criação artística, vida psíquica e cotidiano como campos de insubordinação. Tal orientação confere ao movimento um caráter libertário, conforme enfatiza Michael Löwy (2002, p. 28), mas também o coloca em tensão com as mediações políticas organizadas e com a disciplina partidária. A aproximação com o marxismo não decorre, portanto, de uma adesão doutrinária imediata, mas de um processo histórico contraditório, no qual a experiência surrealista de liberdade entra em choque com os limites materiais impostos pela ordem burguesa. É sob a pressão da repressão social e da hostilidade à liberdade espiritual que o surrealismo passa a reconhecer no materialismo histórico e dialético um instrumento teórico e prático de intervenção histórica. Não se trata de um sistema estético ou moral, mas de um meio capaz de enfrentar as estruturas objetivas que bloqueiam a expansão do desejo e da experiência.

A forma específica pela qual essa experiência revolucionária se manifesta, quando articulada à perspectiva materialista da sociedade, é analisada de modo decisivo por Walter Benjamin. Para o autor (1987, p. 32), o núcleo prático do surrealismo reside na mobilização das chamadas “energias da embriaguez” — sonho, delírio, automatismo, choque sensível e encontro fortuito — entendidas não como evasão subjetiva, mas como modos de experiência capazes de suspender os mecanismos de adaptação à vida reificada e intensificar a percepção das contradições sociais. Essa práxis não se orienta por programas políticos tradicionais nem por pedagogias ideológicas, mas pela produção de choques que interrompem a continuidade do tempo homogêneo e vazio, reativando resíduos históricos — o antiquado, o obsoleto, o marginal — como índices de tensões ainda não resolvidas. Ao deslocar esses elementos de sua função mercantil ou museológica, o surrealismo transforma a negatividade estética em oposição histórica concreta, afirmando uma concepção de ação revolucionária fundada na interrupção e na atenção radical ao presente. É nesse horizonte que o trabalho se estrutura, buscando compreender a vanguarda surrealista francesa do início do século XX como uma experiência histórica na qual a crítica da razão instrumental, a libertação do desejo e a dialética materialista convergem em uma forma singular de práxis revolucionária.

Para a consecução desses objetivos, o presente trabalho organiza-se em três capítulos principais. O primeiro analisa a gênese do movimento a partir da crise da razão instrumental no dadaísmo e a incorporação da psicanálise como reativação da experiência. O segundo capítulo aborda a noção de liberdade surrealista e sua complexa aproximação com o materialismo histórico. Por fim, o terceiro capítulo examina a práxis surrealista sob a ótica de Walter Benjamin, focando na mobilização das ‘energias da embriaguez’ e na política da interrupção histórica.

2. BASES DO SURREALISMO

2.1 RAZÃO, INSTRUMENTO E VANGUARDA

Definitivamente, Dadá saíra vencedor.” (NADEAU, 2008, p. 46) A afirmação de Maurice Nadeau, longe de constituir um juízo meramente estético sobre as vanguardas do início do século XX, busca reconhecer um gesto histórico de negação radical que se mostrou adequado ao colapso das categorias tradicionais de pensamento. O dadaísmo não se constituiu como um movimento portador de um programa positivo ou de uma nova doutrina artística, mas como uma prática sistemática de destruição simbólica: recusa do sentido, da lógica, da coerência formal, da ideia de obra e da própria noção de arte enquanto instância autônoma e reconciliada.

O triunfo da negação reside na revelação da crise da racionalidade moderna que se estruturava no interior da burguesia ocidental, manifesta não somente na vanguarda artística, mas como sintoma histórico de uma transformação mais ampla das categorias do pensamento moderno, conforme observa o próprio Nadeau:

“Novas maneiras de pensar eclodiam a partir das descobertas científicas, filosóficas e psicológicas de Einstein, Heisenberg, de Broglie, Freud, que inauguram uma nova concepção do mundo, da matéria, do homem. As noções de relativismo universal, de ruína da causalidade, de onipotência do inconsciente, rompendo com os conceitos tradicionais baseados na lógica e no determinismo.” (NADEAU, 2008, p. 46)

O dadaísmo, nesse sentido, não antecipa teoricamente essa crise. Ele a incorpora negativamente como sintoma histórico, traduzindo no plano da forma artística o colapso das garantias da modernidade. Esse colapso, contudo, não pode ser compreendido apenas como fenômeno cultural — ele remete a uma transformação estrutural da própria razão moderna. Não decorre do enfraquecimento da razão, mas de sua transformação histórica em razão instrumental, segundo a formulação de Horkheimer e Adorno.

Para os autores da Teoria Crítica, a razão moderna passa a operar como instrumento de dominação técnica e social, voltada exclusivamente ao cálculo e à eficácia dos meios. Reduzida à função de instrumento, a racionalidade abdica de interrogar os fins da ação humana, operando exclusivamente segundo critérios de utilidade, desempenho e adaptação às exigências da realidade existente (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 21). Nesse processo, a razão deixa de ser mediação crítica entre o homem e o mundo para tornar-se um mecanismo de administração do mundo dado, naturalizando relações históricas de dominação e obscurecendo sua origem social. Como apontam Adorno e Horkheimer:

“A alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo. O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 40)

Essa inversão histórica, na qual o domínio técnico da natureza produz a perda de sentido e enfeitiça as próprias relações sociais, está enraizada no próprio projeto do esclarecimento moderno, definido, como afirmam Adorno e Horkheimer, pelo imperativo de “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 19). Ao eliminar as formas imaginativas, maravilhosas e não instrumentais de relação com o mundo, o esclarecimento não apenas desencanta a realidade, mas a fecha sob o regime da necessidade. Desse modo, aquilo que é resultado de processos históricos aparece como destino inevitável.

Nesse contexto, a formulação dadaísta não emerge no vazio, mas no interior de uma experiência histórica marcada pela guerra industrial. O dadaísmo, contudo, não pensa a crise — ele a encena. A recusa do sentido, da obra e da finalidade em Dadá espelha negativamente um mundo em que todo sentido já está subordinado à função, ao valor de troca, à instrumentalização. Sua força reside na exposição radical da negatividade e na destruição das formas estabilizadas de sentido produzidas pela racionalidade dominante. Seus limites, contudo, manifestam-se precisamente na recusa de qualquer mediação histórica — o dadaísmo destrói, mas não oferece meios de transformar essa negatividade em crítica efetiva da totalidade social.

2.2 EXPERIÊNCIA, INCONSCIENTE E DERIVA:

O surrealismo, por sua vez, firma-se como uma superação dialética dessa proposta negativa, não no sentido de uma reconciliação, mas como deslocamento crítico da crise. Essa superação torna-se possível pela incorporação da psicanálise freudiana, que oferece ao movimento um instrumental teórico para redirecionar a negatividade dadaísta contra as estruturas de repressão. Como afirma o Manifesto Surrealista: “Os procedimentos lógicos, em nossos dias, só se aplicam à resolução de problemas secundários... Os fins lógicos, ao contrário, nos escapam.” (BRETON, 2003) Ao reconhecer o esvaziamento histórico da razão instrumental, o surrealismo procura reativar dimensões da experiência humana — imaginação, sonho e desejo — sistematicamente reprimidas pela racionalidade dominante, não como fuga da história, mas como contestação de sua forma empobrecida e fragmentada.

Essa reativação das dimensões reprimidas da experiência implica, contudo, uma redefinição radical do próprio estatuto do conhecimento. O surrealismo não se compreende como uma nova escola artística nem como simples inovação formal, mas como uma prática cognitiva voltada para territórios sistematicamente excluídos pela racionalidade dominante. Como observa Maurice Nadeau: “O surrealismo é considerado por seus fundadores não como uma nova escola artística, mas como um meio de conhecimento, particularmente de continentes que até então não haviam sido explorados: o inconsciente, o maravilhoso, o sonho, a loucura.” (2003 p. 46)

Ao deslocar o eixo do conhecimento para essas regiões interditas pelo esclarecimento, o surrealismo inscreve-se diretamente na crise do sujeito racional moderno, abrindo caminho para a incorporação da psicanálise freudiana como uma de suas bases teóricas fundamentais, como é explicitado nesse trecho do manifesto:

“A pretexto de civilização e de progresso conseguiu-se banir do espírito tudo que se pode tachar, com ou sem razão, de superstição, de quimera; a proscrever todo modo de busca da verdade, não conforme ao uso comum. Ao que parece, foi um puro acaso que recentemente trouxe à luz uma parte do mundo intelectual, a meu ver, a mais importante, e da qual se afetava não querer saber. Agradeça-se a isso às descobertas de Freud.” (BRETON, 2003)

É nesse horizonte que o surrealismo reconhece na psicanálise não apenas uma teoria psicológica, mas uma ruptura epistemológica decisiva. O Manifesto Surrealista exprime essa inflexão crítica: “Porque não haveria eu de conceder ao sonho o que recuso por vezes à realidade?” (BRETON, 2003) O sonho, tradicionalmente rebaixado ao caráter de ilusão, erro ou resíduo irracional, é reabilitado como forma legítima de experiência e de conhecimento. Tal gesto não implica a negação da realidade, mas a contestação de uma concepção empobrecida do real, reduzida aos critérios da utilidade, da eficácia e da adaptação funcional impostos pela racionalidade instrumental.

A prática da deriva surrealista pode ser compreendida como a tradução concreta dessa crítica no plano da experiência cotidiana. Assim como a escrita automática, outra prática surrealista, suspende o controle consciente sobre a linguagem, a deriva suspende o controle racional sobre o movimento no espaço, permitindo que o inconsciente — e com ele, o desejo reprimido — orientem o percurso. Michael Lowy observa que o movimento dos indivíduos na cidade moderna, ainda que não rígido, encontra-se orientado por finalidades racionalmente determinadas: desloca-se sempre “a algum lugar”, apressado para cumprir tarefas, fechar negócios, retornar ao trabalho ou ao lar. Não há espaço para o gratuito, para o desvio ou para o errar sem finalidade; o fluxo urbano obedece à lógica da utilidade, da produtividade e da adaptação funcional (2002, p. 10).

A deriva surrealista intervém precisamente nesse regime de racionalização da experiência. Ao suspender deliberadamente os objetivos práticos do deslocamento, ela introduz uma ruptura na temporalidade funcional da vida moderna, abrindo espaço para encontros aleatórios, associações involuntárias e afetos que escapam à vigilância consciente. Mais do que uma simples errância estética, constitui um gesto crítico contra a naturalização da ordem social. Ao recusar o movimento orientado exclusivamente pelo cálculo, a deriva desestabiliza a aparência de necessidade que reveste as formas modernas de vida, revelando seu caráter histórico e contingente.

Dessa forma, o surrealismo se inscreve plenamente na crítica do esclarecimento: ao reintroduzir o acaso, o desejo e o maravilhoso no coração da experiência cotidiana, não abandona a razão, mas a confronta com seus próprios limites históricos, abrindo fissuras na totalidade administrada e restituindo à experiência a possibilidade de desvio — e, com ele, de outra forma de consciência.

3. POLÍTICA DO SURREALISMO

“Só o que me exalta ainda é a única palavra, liberdade.” (BRETON, 2003) A afirmação contida no Manifesto Surrealista não deve ser lida sob a ótica da autonomia abstrata do sujeito liberal. A liberdade surrealista designa, fundamentalmente, a recusa radical das formas de vida moldadas pela racionalidade instrumental e pela redução do desejo a funções de utilidade. O movimento afirma-se, portanto, como uma prática de libertação que tenciona simultaneamente a criação artística, a experiência psíquica e a existência cotidiana, confrontando as normas de adaptação impostas pela modernidade.

Nesse horizonte, Michael Löwy propõe compreender o surrealismo menos como uma escola estética e mais como uma atitude existencial de caráter libertário. Para o autor, o movimento dirige-se contra o disciplinamento e a alienação da vida social, funcionando como um instrumento de ruptura: “uma estrutura reificada e alienada que encerra os indivíduos nas “leis do sistema” como em uma prisão — o surrealismo é o martelo encantado que nos permite romper as grades para ter acesso à liberdade.” (2002, p. 9) Trata-se de uma insubordinação que recusa a submissão da existência à lógica do cálculo e da eficácia. Embora a potência libertária do desejo surrealista revele sua força crítica, ela também evidencia uma contradição interna ao confrontar-se com as mediações partidárias e políticas, como afirma Breton: “Digo que a chama revolucionária arde onde quer e que não compete a um pequeno número de homens, no período de espera em que vivemos, decretar que aqui ou acolá somente ela pode arder.” (NADEAU, 2008, p. 92) Essa resistência à adesão dogmática não deve ser lida como um recuo para o esteticismo descompromissado. Pelo contrário, o que Breton reivindica é a autonomia da chama revolucionária contra a sua redução à razão instrumental.

Esta transição de uma experiência subjetiva e imediata da liberdade — vivida no automatismo, no sonho, na embriaguez — para sua efetivação como práxis histórica materializa-se naquilo que Walter Benjamin identifica como o momento de transformação do movimento. No início, o surrealismo operava sob o signo de uma suspensão das fronteiras entre vigília e sonho, conferindo ao grupo um caráter de totalidade absoluta. Benjamin descreve esse instante inaugural como uma configuração histórica específica:

“Há sempre um instante em tais movimentos em que a tensão original da sociedade secreta precisa explodir numa luta material e profana pelo poder e pela hegemonia, ou fragmentar-se e transformar-se, enquanto manifestação pública. O surrealismo está atualmente passando por essa transformação. Mas no início, quando irrompeu sobre criadores sob a forma de uma vaga inspiradora de sonhos, ele parecia algo de integral, definitivo, absoluto.” (BENJAMIN, 1987, p. 22)

Essa tensão — retrospectivamente identificada por Benjamin e progressivamente vivida no interior do próprio movimento — entre liberdade imediata e efetivação histórica não conduziu o surrealismo a um programa político definido. Ela, entretanto, abriu o campo no qual o materialismo histórico-dialético passou a ser reconhecido como uma resposta concreta às exigências de transformação estrutural da sociedade. Para Breton, essa percepção torna-se particularmente explícita no texto *Leão Trotski: “Lénine”* (1925), em que enfatiza que apenas uma transformação estrutural das bases sociais poderia possibilitar a demolição definitiva da ordem burguesa. Não se trata de uma adesão doutrinária ou moral ao comunismo, mas do reconhecimento de sua função histórica como instrumento capaz de abalar as estruturas reificadas da sociedade ocidental:

“Penso efectivamente que só o comunismo, existindo como sistema organizado, permitiu que se realizasse a maior transformação social nas condições de duração que lhe eram próprias. Bom ou medíocre, defensável ou não do ponto de vista moral, como esquecer que foi ele o instrumento graças ao qual puderam ser abatidas as muralhas do antigo edifício e que se revelou como o mais maravilhoso factor de substituição de um mundo por outro até aí desconhecido?” (BRETON, 1976)

Essa avaliação não emerge de uma conversão súbita ou de uma adesão dogmática, mas de uma pressão histórica concreta exercida pela própria ordem burguesa. Como observa Michael Löwy, Benjamin acreditava que a hostilidade burguesa a qualquer aspiração de liberdade espiritual empurrara os surrealistas para a esquerda (2002, p. 66). A aproximação com o comunismo aparece, assim, menos como escolha ideológica abstrata e mais como resposta negativa às formas sociais que bloqueavam a expansão da experiência e do desejo.

Essa perspectiva reconhece, portanto, a necessidade de um sistema organizado como instrumento de ruptura, sem que isso implique a dissolução da autonomia criativa em um utilitarismo pedagógico. A justificativa para essa adesão ao materialismo dialético aprofunda-se anos mais tarde no Manifesto por uma Arte Revolucionária Independente (1935), onde se analisa a vocação artística como um elemento que nasce, necessariamente, do conflito com as estruturas do capital. O texto afirma:

“A revolução comunista não teme a arte. Ela sabe que ao cabo das pesquisas que se podem fazer sobre a formação da vocação artística na sociedade capitalista que desmorona, a determinação dessa vocação não pode ocorrer senão como o resultado de uma colisão entre o homem e um certo número de formas sociais que lhe são adversas. Essa única conjuntura, a não ser pelo grau de consciência que resta adquirir, converte o artista em seu aliado potencial.” (BRETON, 2003)

A partir dessa formulação, a colisão do sujeito com as formas sociais adversas é o que fundamenta a aliança entre a arte e a revolução. A abordagem marxista da história é apreendido, portanto, como a moldura teórica que permite ao surrealismo compreender as barreiras materiais que limitam a expansão da chama revolucionária. Ao fundamentar sua prática nessa conjunção, o surrealismo não busca o fechamento de um programa político rígido, mas a abertura de um espaço onde a transformação social e a emancipação do desejo possam convergir.

Essa convergência, contudo, não visa a instrumentalização da criação estética em favor de uma causa doutrinária; ao contrário, a adesão ao método revolucionário histórico é compreendida como a única via capaz de garantir a autonomia do espírito. É nesse sentido que o movimento reafirma seu compromisso com a transformação radical das estruturas sociais como condição de possibilidade para a soberania do imaginário. Assim, a guinada ao Marxismo não foi uma traição à poesia, mas uma exigência da própria liberdade para não se tornar inócua — como Breton afirmaria anos mais tarde: “a independência da arte — para a revolução; a revolução — para a liberação definitiva da arte” (2003).

4. PRÁXIS DO SURREALISMO

“Em todos os seus livros e iniciativas, a proposta surrealista tende ao mesmo fim: mobilizar para a revolução as energias da embriaguez.” (BENJAMIN, 1987, p. 32) A formulação de Walter Benjamin condensa com precisão o núcleo prático do surrealismo: a tentativa de converter estados limiares da experiência — sonho, delírio, automatismo, choque sensível — em forças capazes de romper a rigidez da vida social reificada. A embriaguez, longe de designar uma evasão subjetiva ou uma recusa irresponsável da realidade, nomeia um modo específico de experiência que suspende os mecanismos habituais de adaptação e abre fissuras na percepção ordinária do mundo.

Assim sendo, a práxis surrealista não se organiza segundo os critérios tradicionais da ação política racionalizada, nem se reduz a uma pedagogia ideológica. Ela opera por meio de uma desorganização deliberada da experiência, explorando aquilo que a modernidade capitalista reprimiu ou neutralizou. Ao mobilizar as “energias da embriaguez”, o surrealismo atua precisamente no ponto em que a subjetividade deixa de se reconhecer como função do sistema e retoma, ainda que de forma descontínua, sua potência negativa contra a reificação da vida social.

Benjamin reconhece nesse procedimento uma afinidade eletiva com o materialismo histórico e dialético, desde que este seja libertado de suas versões produtivistas, evolucionistas e moralizantes. A embriaguez surrealista não se apresenta como substituto da análise material das condições históricas, mas como um catalisador da percepção crítica: ela intensifica a sensibilidade às contradições sociais e torna visível aquilo que a rotina, o hábito e a mercadoria tendem a naturalizar. Contra a “intratável mania de reduzir o desconhecido ao conhecido” (BRETON, 2003), denunciada no Manifesto Surrealista como um vício da razão, o surrealismo recusa as formas de inteligibilidade que neutralizam o choque. Trata-se, assim, de uma práxis que não se orienta pela eficácia imediata nem pela persuasão doutrinária, mas pela produção de choques capazes de interromper a continuidade do tempo homogêneo e vazio, abrindo brechas para uma outra experiência do presente.

Nesse sentido, o surrealismo não propõe uma política do programa, mas a constituição de uma cultura revolucionária fundada na experiência, na qual a transformação histórica pressupõe uma reconfiguração sensível da percepção. Como observa Michael Löwy, o que está em jogo nessa convergência é a realização de um voto central à tradição moderna inaugurada por Baudelaire: conjugar o sonho e a ação, a poesia e a subversão (2002, p. 57). A práxis surrealista manifesta-se, assim, na escrita automática, no encontro fortuito, na deriva urbana, no uso subversivo dos objetos e na exploração do maravilhoso no cotidiano — práticas que se opõem frontalmente às “dilatadas exposições” cuja força persuasiva repousa na abstração conceitual e na coerência

formal. Em vez de buscar a adesão por meio da explicação racional ou da sistematização doutrinária, o surrealismo intervém diretamente no plano da experiência vivida, produzindo deslocamentos perceptivos que desestabilizam a evidência do mundo social e tornam sensível seu caráter histórico, contingente e, portanto, passível de transformação histórica.

É precisamente nesse ponto que Walter Benjamin identifica a originalidade política do procedimento surrealista. Ao voltar-se para aquilo que a modernidade considera ultrapassado, inútil ou obsoleto, o movimento:

"Foi o primeiro a ter pressentido as energias revolucionárias que transparecem no "antiquado", nas primeiras construções de ferro, nas primeiras fábricas, nas primeiras fotografias, nos objetos que começam a extinguir-se, nos pianos de cauda, nas roupas de mais de cinco anos, nos locais mundanos, quando a moda começa a abandoná-los" (BENJAMIN, 1987, p. 25)

Esses elementos não interessam ao surrealismo por nostalgia ou culto do passado, mas porque condensam resíduos de experiência que escapam à plena integração na racionalidade mercantil. Neles, a história não aparece como progresso contínuo, mas como acúmulo de ruínas carregadas de tensão latente.

A operação surrealista consiste, então, em ativar politicamente esses resíduos por meio de um gesto que Walter Benjamin descreve deliberadamente como um "truque", e não como um método sistemático. Esse truque, escreve o autor, "consiste em trocar o olhar histórico sobre o passado por um olhar político" (1987, p. 26) — isto é, em abandonar a atitude contemplativa do historicismo, que classifica, ordena e neutraliza os objetos pretéritos, para substituí-la por uma apropriação capaz de fazê-los intervir criticamente no presente. Ao deslocar o sentido desses objetos — retirando-os de sua função original, de sua posição museológica ou de sua integração mercantil — o surrealismo transforma o antiquado em índice de contradição histórica, fazendo do obsoleto não um vestígio morto, mas um detonador de consciência. O passado deixa, assim, de ser um campo encerrado de significações concluídas e passa a constituir um reservatório de tensões ainda não resolvidas, suscetíveis de serem reativadas politicamente.

É nesse ponto que a embriaguez surrealista deixa de ser uma experiência privada ou puramente subjetiva e se converte em força histórica negativa, assumindo aquilo que Benjamin denomina pessimismo revolucionário. Ao comentar o desenvolvimento interno do movimento a partir da análise de Pierre Naville, Benjamin observa:

"em seu belo texto, *La révolution et les intellectuels*, Pierre Naville, que no início pertencia a esse grupo, caracterizou esse desenvolvimento, com razão, como 'dialético'. Nessa transformação de uma atitude extremamente contemplativa em uma oposição revolucionária, a hostilidade da burguesia contra toda manifestação de liberdade espiritual desempenha um papel decisivo". (Benjamin, 1987, p. 28)

Esse pessimismo revolucionário, tal como Benjamin o concebe, distingue-se radicalmente do otimismo progressista que marcava o marxismo da Segunda Internacional (BENJAMIN, 1987, p. 33). Enquanto este último confiava no desenvolvimento automático das forças produtivas e na marcha inevitável da história rumo ao socialismo, o pessimismo surrealista-benjaminiano nega qualquer garantia teleológica, apostando na interrupção catastrófica do continuum histórico (BENJAMIN, 1987, p. 34). A negatividade surrealista, longe de se dissipar em contemplação estética ou em rebeldia inofensiva, é assim forçada a assumir a forma de oposição ativa. Sob a pressão objetiva da repressão burguesa, a embriaguez desloca-se do campo da sensibilidade isolada para o terreno da luta histórica, afirmando-se como recusa consciente de qualquer conciliação com a ordem existente.

À luz desse percurso, torna-se possível apreender a singularidade histórica da práxis surrealista tal como interpretada por Walter Benjamin. Ao mobilizar as energias da embriaguez, reativar os resíduos do passado e transformar a experiência cotidiana em campo de choque, o surrealismo afirma uma concepção de ação revolucionária que não se orienta pela espera progressiva nem pela acumulação linear de forças, mas pela atenção radical ao presente como instante decisivo. Como observa Michael Löwy, Benjamin sugere que o valor único do surrealismo consiste precisamente em sua disposição de considerar "cada segundo como a porta estreita pela qual pode entrar a revolução" (2002, p. 53). Essa formulação condensa o sentido político do surrealismo: a revolução não é projetada como desfecho necessário de um processo histórico garantido, mas

como possibilidade sempre iminente, inscrita na textura do agora. Ao recusar tanto o fatalismo do progresso quanto o voluntarismo abstrato, o surrealismo sustenta, na leitura benjaminiana, uma prática histórica fundada na interrupção, no choque e na ativação imediata das contradições latentes do presente. É nesse horizonte que sua embriaguez deixa de ser mero gesto estético e se afirma como disposição revolucionária concreta, orientada pela consciência de que o tempo histórico não se abre indefinidamente, mas exige ser apreendido no instante em que se deixa entrever.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido ao longo dos três capítulos permite agora uma síntese: (1) o surrealismo emerge da negação dadaísta ao incorporar a psicanálise como instrumento de reativação das dimensões reprimidas da experiência; (2) sua noção de liberdade, de caráter libertário, entra em conflito com as mediações partidárias, levando a uma aproximação crítica com o materialismo histórico; (3) essa aproximação cristaliza-se em uma práxis específica — as 'energias da embriaguez' — que Benjamin reconhece como forma singular de ação revolucionária fundada na interrupção do tempo homogêneo.

Essa trajetória complexa e multifacetada encontra um ponto de síntese no comentário de Michael Löwy: “O surrealismo é talvez esse ponto de fuga ideal, esse lugar supremo do pensamento onde se encontram a trajetória libertária e a do marxismo revolucionário.” (2024) A formulação permite situar, em chave conclusiva, o sentido histórico do percurso analisado neste trabalho. Ao longo da investigação, tornou-se evidente que o surrealismo não se deixa apreender nem como mera vanguarda artística, nem como apêndice cultural de um projeto político prévio. Sua singularidade reside justamente na tensão constitutiva entre negatividade, liberdade e revolução — tensão que impede sua estabilização tanto na forma estética quanto na doutrina política. Esse excedente utópico, essa “luz negra” que escapa a qualquer fechamento sistemático, não representa uma insuficiência teórica, mas o índice de uma recusa persistente à reconciliação com a ordem existente.

O percurso que se delineia — da negatividade dadaísta à práxis surrealista aliada ao materialismo histórico e dialético — revela uma constelação histórica marcada pela crise da razão moderna, pela repressão do desejo e pela transformação das promessas emancipatórias do esclarecimento em novas formas de dominação. A experiência surrealista emerge, nesse contexto, como resposta histórica não reconciliada: nem regressão irracional, nem superação pacificada. Sua força crítica consiste em sustentar a negatividade sem convertê-la em niilismo e em afirmar a liberdade sem reduzi-la à adaptação funcional ou à moral política. É precisamente essa posição instável que confere ao surrealismo sua potência histórica e, ao mesmo tempo, seus impasses.

A aproximação com o marxismo, longe de significar a resolução dessas tensões, radicaliza-as. A perspectiva materialista da sociedade aparece não como garantia de sentido, mas como campo de confronto no qual a experiência surrealista é forçada a medir-se com as determinações objetivas da sociedade capitalista. Não se trata de uma fusão harmoniosa entre poesia e revolução, mas de uma aliança conflitiva, na qual a autonomia do imaginário só pode ser preservada na medida em que se reconhecem os limites materiais que a comprimem. Nesse ponto, a recusa surrealista de qualquer pedagogia ideológica revela-se decisiva: a transformação não se deixa reduzir nem à eficácia programática nem à espera progressiva.

É sob essa luz que a leitura benjaminiana do surrealismo adquire centralidade conclusiva. Ao identificar na interrupção, no choque e na atenção radical ao presente os elementos decisivos da práxis surrealista, Benjamin desloca o horizonte da revolução do futuro garantido para o agora instável. A história deixa de ser pensada como continuidade acumulativa e passa a ser compreendida como campo de tensões latentes, sempre suscetíveis de atualização crítica. O surrealismo não oferece soluções, mas despertares; não promete sínteses finais, mas instantes de ruptura capazes de desorganizar a evidência do mundo social.

É nesse sentido que sua atualidade não reside na repetição de seus procedimentos, mas na persistência de sua exigência histórica. Em um contexto no qual a racionalidade instrumental continua a administrar a vida, neutralizar a experiência e converter a própria crítica em mercadoria, o surrealismo permanece como índice de uma possibilidade não realizada. Como afirma Walter Benjamin, “no momento, os surrealistas são os únicos que conseguiram compreender as palavras de ordem que o Manifesto nos transmite hoje” (1987, p. 35). Ao substituir a gesticulação vazia pelo som breve e insistente de um despertador, o surrealismo recorda que a revolução não é um desfecho assegurado, mas uma chance sempre ameaçada — e que cada minuto pode ser, ainda, o instante em que ela se deixa entrever (BENJAMIN, 1987, p. 35).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume 1. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRETON, A. **Leão Trotski**: "Lenine". 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/breton/1925/10/15.htm> Acesso em: 20 de jan. de 2026.

_____. **Manifesto Surrealista**. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/breton/1924/mes/surrealista.htm>. Acesso em: 20 de jan. de 2026.

_____.; RIVERA, D. **Por Uma Arte Revolucionária Independente**. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/breton/1938/07/25.htm>. Acesso em: 20 de jan. de 2026.

NADEAU, M. **História do surrealismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LÖWY, M. **A estrela do amanhã**: surrealismo e marxismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **O surrealismo como movimento revolucionário**. 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-surrealismo-como-movimento-revolucionario/>. Acesso em: 20 de jan. de 2026.